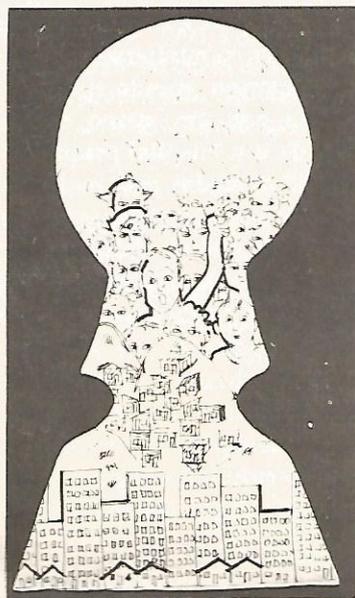


BOLETIM

DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

MAIO 93 Nº 2 — COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE
RUA LEOPOLDO BULHÕES, 1480 — SALA 916 — RIO DE JANEIRO — CEP.: 21041-210 — Tel: 590.3789 r. 2144



EDITORIAL

Uff! Enfim estamos de volta com nosso Boletim da Coneps.

Diante da crise que em todos os níveis nos cerca, é fácil imaginar as dificuldades que nosso projeto de uma "Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde" precisa enfrentar para seguir adiante. Somos poucos e a falta de apoio financeiro (esperamos que provisória) tem limitado bastante nossa possibilidade de agilizar mais o trabalho.

Ainda assim, à base de telefonemas e cartas, estamos caminhando na perspectiva de consolidar a nossa Rede de pessoas interessadas na questão da Educação e Saúde.

Com este segundo número estamos inaugurando um espaço, aberto à participação de todos, para reflexões sobre essa temática e também para a divulgação de textos (teses, artigos, livros...) que possam nos permitir maior contato com a produção da área.

A idéia é fortalecermos esse Boletim como canal de comunicação e intercâmbio de idéias e experiências. Esperamos com isso que, em meio à desagregação dos tempos atuais, possamos nos sentir menos sós, crescendo com o outro, partilhando desejos, indagações e utopias.

Participe! Esse Boletim é uma produção coletiva e a sua continuidade dependerá muito da contribuição de cada um de nós.

PANORAMA DO MOVIMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Nos dias 23, 24 e 25 de setembro, a Comissão Nacional do Movimento de Educação Popular em Saúde reuniu-se na Ensp — Rio de Janeiro — para discutir atividades e estratégias que concretizem os objetivos do movimento (último Boletim). Participaram ao todo 15 pessoas, representando cinco estados: Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Como atividades já previstas, foram anunciados eventos no Rio (Encontro Estadual em novembro), na Bahia (Seminário sobre Educação e Saúde da Mulher) e em Santa Catarina (reuniões mensais e oficinas de estudos).

Percebe-se que o movimento de Educação Popular em Saúde vem crescendo enquanto forma de articulação de diferentes grupos que atuam nesta área. Além dos Estados que participaram da reunião do Rio, outros enviaram notícias para a Comissão Nacional. Ijuí (RS) anunciou, num telegrama, um espaço especial para a Educação Popular no Encontro que estará promovendo em fins de outubro sobre a IX Conferência Nacional de Saúde. De Curitiba chegou a mensagem de apoio e interesse em engajar-se

no movimento. E na Argentina, Maria Caputo (filhada ao nosso movimento) lidera a formação de uma Rede de Educadores em Saúde naquele país.

Durante a reunião no Rio, foram estabelecidos contatos com a Abrasco (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), FNS (Fundação Nacional de Saúde) e a Orla (Oficina Regional Latinoamericana da União Internacional de Educação e Saúde). Decisões importantes surgiram destes encontros: a Comissão passa agora a ser associada à Abrasco, mantendo sua autonomia, mas valendo-se do respaldo legal daquela entidade para fins de projetos e financiamentos, além de obter um espaço privilegiado em suas publicações, conforme nos garantiu Cavalheiros, vice-presidente da entidade. A FNS, na pessoa de Darcy Valadares Ventura, manifestou grande interesse em apoiar a organização e, possivelmente, as atividades promovidas pelo movimento. Com relação à Orla, representada por Noêmia Kinglerman, a Comissão acredita ser uma entidade importante, com a qual poderá estabelecer vínculos, discutindo projetos e futuras

atividades a serem desenvolvidas no país.

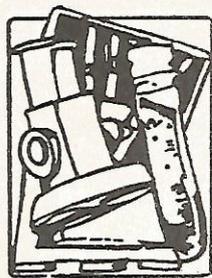
A Comissão continuará a reunir-se periodicamente, tendo como principais metas a realização de um II Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde, e a produção de um boletim periódico, a ser confeccionado pela secretaria executiva do movimento.

A Comissão Nacional entende que todos os esforços possíveis devem ser dispensados para atingir os objetivos do Movimento de Educação Popular em Saúde, em todos os fóruns de organização: articulação das práticas, instrumentalização dos sujeitos e estruturação do movimento enquanto forma de reunir e de viabilizar o acesso às informações.

Para isto pede para que seus membros, além de dinamizarem atividades em seus locais e Estados, participem na construção de um Banco de dados (informação sobre entidades, grupos, indivíduos interessados, pesquisadores da área, bibliografia e materiais produzidos), tendo então possibilidade de um retorno mais abrangente. Vamos somar esforços!

O I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: O RETRATO DE UMA CRISE

Eymard Mourão Vasconcelos
Belo Horizonte/MG



Em dezembro de 1991, se realizou em São Paulo o I Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde. Ele foi a primeira grande realização do nosso movimento e, ao mesmo tempo, um momento importante na definição de suas características. Por isso gostaria de fazer algumas reflexões sobre ele.

O Encontro foi rico na medida em que retratou o atual estado da Educação Popular em Saúde. Ele teve como tema principal: questões metodológicas. Na verdade, a escolha desse tema já sinaliza a existência de um vazio e uma insegurança no que é o núcleo do corpo teórico, pois afinal de contas, a Educação Popular é essencialmente um método de ação pedagógica.

Por que esta insegurança?

Para um grande número de participantes ele não conseguiu atingir seu objetivo de clarear uma postura metodológica que respondesse às necessidades dos vários grupos presentes. Mas será que esta insuficiência se deriva apenas de problemas internos do próprio Encontro ou reflete uma dificuldade mais profunda do modelo teórico que norteia as práticas da área?

O Encontro foi marcado pela diversidade das práticas apresentadas. Ele foi organizado, a partir do debate entre representantes de experiências concretas agrupados em subtemas: meios de comunicação de massa, AIDS, participação popular nas instituições, capacitação de profissionais, cidadania, práticas alternativas, organização de serviços locais de saúde. Houve ainda oficinas: jogos teatrais, vídeo, planejamento em educação em saúde. A proposta era que cada apresentador relatasse sua experiência prática e, então, tentasse explicitar as suas linhas metodológicas. O debate posterior teria a finalidade de aprofundar e amarrar conclusões. Mas, não foi isto o que se verificou. A maioria dos apresentadores não conseguia teorizar, a partir de sua prática. Aqueles que investiam mais em teorizações não despertavam o interesse da maioria. Os debates se desenrolavam mais, procurando esclari-

recer aspectos e detalhes práticos das experiências relatadas e a maioria das considerações feitas se restringia a dimensões particulares dos problemas debatidos. Houve, inclusive, uma manifestação bastante agressiva contra os mais teóricos: em uma dinâmica, um grupo, que congregou quase a metade dos presentes, teatralizou o blá blá blá que a coordenação queria impor ao encontro. Era como se as teorizações não correspondessem às vivências de cada grupo. Ou que, as teorizações de um grupo não fossem significativas para os outros grupos. Ou que, muitas teorizações soavam como algo antigo, já muito repetido ou, então, algo consensual, já bastante incorporado e que, portanto, não precisava ficar sendo repetido. Ou, ainda, algo que não diz mais respeito ao que se pratica. Mas, ao mesmo tempo, se percebia, durante os relatos das experiências, uma grande identidade, ligando a maioria dos presentes. As pessoas se emocionavam com os relatos. Os debates demonstravam que detalhes de uma experiência despertavam grande interesse em participantes de experiências completamente diferentes. Se repetia nos corredores pequenas considerações ouvidas nos debates. Apesar da frustração das teorizações, a maioria dos presentes ficou satisfeita. Criou-se um clima de amizade e solidariedade, mesmo havendo muita tensão e disputa nos bastidores, entre os coordenadores do Encontro.

Como interpretar esta situação?

Foi impressionante a variedade das práticas trazidas ao Encontro. Izidinho, raizeiro do interior de Pernambuco, falou sobre a maneira como atuava diante dos problemas de saúde de sua comunidade.

A médica Ianni Regia da Secretaria de Saúde do município de São Paulo relatou sobre as amplas relações educativas criadas com a população, a partir da implantação de hospitais abertos, onde se assegura aos pacientes internados o direito de terem, ao seu lado, um acompanhante-participante durante todo o tempo que ali permanecerem. Ivone, uma agente comunitária de saúde do sindicato dos trabalhadores rurais de Caaporã, cidade da região canavieira da Paraíba, relatando a luta do seu sindicato com a prefeitura pela reorganização dos serviços de saúde do município e a sua atuação, implemen-

tando algumas ações de medicina preventiva de modo a criar modelos de práticas que possam posteriormente serem incorporados ao sistema oficial.

A comunicadora Vera Lúcia contou sobre os seus programas de rádio sobre temas de saúde que desenvolve, há anos em São Luiz do Maranhão, apoiada pela Unicef e integrada a uma rede de agentes comunitários. Ao mesmo tempo, causou grande surpresa a demonstração, por um grupo de ex-pacientes de um hospital psiquiátrico de Santos-SP apoiados pela prefeitura, do processo de produção de seu alegre programa radiofônico (rádio TAM-TAM) que vem tendo uma grande audiência e ajudando a desmistificar os preconceitos contra o doente mental sem assumir nenhuma postura educativa tradicional. Uma organização não-governamental expôs o seu trabalho de dinamização cultural e vigilância dos problemas de saúde em uma região periférica (Leopoldina) do Rio de Janeiro. Fez um grande sucesso a oficina de trabalho sobre as vivências e a liberação do corpo.

Tanta diversidade cabe em uma teoria?

Ficou claro que as práticas de Educação Popular em Saúde já não se retringem ao modelo dominante na década de 1970: um técnico se inserindo em uma pequena comunidade periférica, identificando lideranças e problemas mobilizadores, criando espaços de debate, apoiando as lutas emergentes e trazendo subsídios teóricos para alargar as discussões locais. É possível construir uma teoria de ação pedagógica que dê suporte a práticas tão diferenciadas entre si?

Se as práticas são tão diferenciadas entre si e se realizam em contextos sociais e institucionais tão diversos, por que houve tanta identificação entre a maioria dos participantes? Ao que parece, o elemento comum entre as experiências se expressou muito mais pelas descrições do seu fazer cotidiano, de suas emoções e de suas perplexidades do que pela teorização mais abstrata das metodologias subjacentes. É preciso salientar que a narração, o contar a história de uma experiência é, também, uma forma de teorização que, ao contrário da maioria das formulações mais acadêmicas, consegue preservar os aspectos de subjetividade, de

irracionalidade e de coincidência que existem na vida social. Talvez o que assistimos foi a manifestação da incapacidade das reflexões teóricas mais estruturadas darem conta da nova diversidade de práticas e das novas dimensões da vida e do trabalho que estão sendo valorizadas e descobertas. Talvez a novidade da Educação Popular contemporânea seja justamente o reconhecimento desta diversidade e desta impossibilidade (incapacidade momentânea?) de um amarramento teórico mais global, mais total. Esta não é uma característica apenas da Educação Popular.

Um processo semelhante está ocorrendo em todos os campos do saber. Para os militantes de esquerda que tinham um caminho considerado científico de construção da sociedade socialista futura pode ser muito difícil viver nesta falta de segurança teórica. Fica-se sempre buscando com avidez uma nova síntese que recomponha a solidez perdida. Mas se não é possível hoje uma teoria totalizadora da Educação Popular em Saúde, que teorias parciais, que reflexões significativas se pode fazer para o novo contexto em que vivemos?

Além da diversidade de práticas, ficou patente no Encontro uma diversidade de interesses e preocupações entre os participantes. Já não se assiste uma hegemonia clara de um projeto educativo, voltado para o fortalecimento político da classe trabalhadora com vistas a construção de uma sociedade socialista, como se assistiu, por exemplo, no II Encontro Nacional de Experiências de Medicina Comunitária, realizado em Olinda-Pe, em 1980. A maioria vê na ação educativa um instrumento para a criação de uma sociedade mais solidária, mais justa, mais alegre e com mais saúde. Mas valorizam diferentes aspectos da vida, enfatizam diferentes dimensões dos problemas sociais: o fortalecimento dos movimentos populares, a reforma do sistema de saúde, a liberação da sexualidade, o autoconhecimento da dinâmica subjetiva, a difusão de conhecimentos técnicos fundamentais, a valorização do corpo, a organização partidária etc... Os participantes, diferentemente do ocorrido em Olinda em 1980, não dedicaram muito tempo ao debater sobre os detalhes da utopia social subjacente aos seus projetos pedagógicos.

Talvez exista, por trás desta postura, um reconhecimento da fragilidade das utopias e dos projetos sociais da-rem conta das várias dimensões da

vida e de que o futuro será construído pelo entrelaçamento de diversos projetos e ações em jogo na sociedade, onde o inesperado e o acaso terão um grande peso.

Qual é a nossa identidade?

Entre a diversidade dos presentes, notou-se um tipo inesperado: o burocrata da educação em saúde. Profissionais sem um vínculo maior com a área, mas que, por estarem ocupando um cargo afim, vieram em busca de idéias e projetos capazes de torná-lo reconhecido e prestigiado na hierarquia de sua instituição.

O processo de racionalização por que passam os serviços de saúde no Brasil, resultou numa certa valorização de ações preventivas, devido ao seu menor custo relativo em comparação às ações curativas. Além disto, os projetos educativos dão uma aparência progressista às instituições que os implementam. É uma situação completamente diferente em relação à década de 70, quando os projetos de Educação Popular em Saúde, que se estruturavam, eram totalmente marginais. Quem aparecia em reuniões estava de fato interessado em algo novo e transformador. Só era preciso tomar cuidado com os agentes da polícia e do exército. Mas agora, o discurso da participação popular, da valorização dos movimentos sociais e do saber do educando tornou-se moda.

No Brasil, os educadores em saúde que atuam numa perspectiva normativa e disciplinadora não têm conseguido se articular politicamente de forma eficaz. Sendo assim, a Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde corre o risco de se descaracterizar nas suas propostas iniciais na medida em que começa a atrair educadores de todas as linhas.

Um difícil dilema se coloca ao movimento. A Educação Popular em Saúde se caracteriza hoje pela diversidade. Sua riqueza está na diversidade. Mas, ao mesmo tempo, ela precisa de uma identidade para não se tornar um sal que não salga, algo sem uma perspectiva de transformação e sem utopia. Dentro da diversidade buscada, que elementos comuns configuram a nossa identidade?

Esta questão foi debatida em uma reunião realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992 com uma parte da Comissão Nacional de Educação Popular em Saúde e algumas reflexões foram feitas sobre o assunto. Seriam características das práticas educativas aglutinadas por nosso movimento:

- Não ser um instrumento de compensação da ausência do Estado no oferecimento de serviços de saúde dignos.
- Uma valorização da iniciativa e do saber dos indivíduos e movimentos sociais envolvidos.
- A não discriminação dos profissionais sem uma qualificação acadêmica específica em educação em saúde.
- Sua função não é a articulação dos movimentos populares, voltados para as questões de saúde (para isto existe o MOPS — Movimento Popular de Saúde com sede em Anápolis-Go, caixa postal 277, cep 77.100), mas sim dos agentes educativos neles inseridos.

Estas características são suficientes para nortear o movimento?

Neste contexto de diversidade, houve questionamentos sobre o nome do movimento: por que utilizar o termo "educação popular"?

Para uns ele espantaria o apoio e a participação de instituições, devido ao seu caráter político-ideológico explícito.

Para outros, ele carregaria uma conotação de saudades da década de 1970 num momento em que o contexto político institucional já é outro. Ele estaria associado ao conceito de ação educativa informal, realizado em pequenas comunidades periféricas, quando hoje predominam ações mais institucionalizadas e com dimensões mais macro. Representaria, ainda, uma definição, uma ação por uma corrente pedagógica, o que significaria uma rejeição a outras correntes também interessantes. Mas apesar de todas as argumentações o termo "educação popular" permaneceu. Era preciso contrapor, inclusive no nome, uma diferenciação ao modelo de educação em saúde dominante.

Apesar de sua pouca precisão conceitual e uma certa inadequação ao contexto atual, a proposta metodológica da EDUCAÇÃO POPULAR, sistematizada inicialmente por Paulo Freire na década de 1960, falava de dimensões ainda fundamentais e era um termo capaz de marcar uma identidade para a maioria dos profissionais presentes.

Se o método da Educação Popular ainda é fundamental, reconhecer a sua crise no atual contexto do setor saúde é o primeiro passo para a dinamização das nossas práticas educativas. Este é um dos desafios do nosso movimento.

NOTÍCIAS DOS ESTADOS



Campinas 1:

Apesar de tantas dificuldades, o Movimento Popular de Saúde de Campinas vem se ampliando. Para os sábados de março e abril de 1993, a coordenação

está programando um curso de formação e atualização política para representantes dos bairros e demais interessados.

Campinas 2:

Como uma das atividades de extensão do Departamento de Medicina Preventiva da Unicamp, realiza-se anualmente durante um semestre o Curso de Educação em Saúde que trabalha: a Educação como processo social; as principais abordagens teórico-metodológicas da Educação em Saúde no Brasil; as práticas de Educação em Saúde no cotidiano dos serviços; os diferentes processos de comunicação; análise crítica das experiências educação e Movimentos Sociais em Saúde, discutindo a constituição de sujeitos, a autonomia e a emancipação, através de jogos e metodologia psicodramáticos e dinâmica de grupo. A continuidade do trabalho junto a ex-alunos favoreceu a criação do Laboratório de Comunicação e Educação em Saúde (Laces), que passou a aglutinar profissionais de várias regiões e área do conhecimento. Está em fase de aprovação de estatutos.

Campinas 3:

A Puccamp iniciou uma experiência diferente este ano: está desenvolvendo a Universidade do Trabalhador. Trata-se de um programa de atualização política e técnica nas diferentes áreas do conhecimento e da prática social que lhe afetam o cotidiano, tais como Direito, Economia, Saúde, etc... (Vicentinho veio para a abertura). A avaliação vem sendo positiva, por enquanto.

Minas Gerais começa a se organizar.

No início de dezembro, realizamos a nossa primeira reunião, convocada através de carta aos mineiros que já tinham participado de alguma de nossas reuniões nacionais e que, portanto, estavam na lista de endereços. Compareceram apenas seis pessoas. Apesar do pequeno número de presentes, concordamos que a articulação dos envolvidos em práticas de educação popular em saúde em Minas é uma proposta com boa potencialidade. Discutiu-se que uma estratégia para estruturar o nosso movimento em Minas seria a organização de um Encontro Mineiro de Educação Popular em Saúde. Procuramos em seguida a coordenação de educação da Secretaria Estadual de Saúde que se mostrou interessada em apoiar-nos. Em fevereiro, convocamos outra reunião para avançarmos da idéia, mas compareceram novamente apenas seis pessoas. Acharmos que temos ainda que congregarmos mais pessoas e amadurecer mais os nossos objetivos antes de tentarmos organizar em encontro mineiro. Temos uma nova reunião marcada para o dia 23 de março, quando tentaremos trazer novas pessoas. Não faremos mais convocação por carta, pois desconfiamos que muitos dos nomes da lista de endereço não estão mais interessados.

AS ÚLTIMAS NOTÍCIAS

No segundo semestre de 1992, ficamos muito animados com a possibilidade acenada pela Fundação Nacional de Saúde de apoio à realização de nosso II Encontro Nacional. Mas com a queda do Governo Collor a diretoria da FNS foi substituída e, até o momento de fechamento da edição deste Boletim, não tivemos, ainda, nenhuma resposta definitiva sobre esse apoio.

Apesar do desânimo, continuamos mantendo contato com a FNS. Na verdade, a coordenação do movimento é um grupo pequeno e disperso. A distância entre as cidades dificulta os nossos contatos e, muitas vezes, nos sentimos sós, duvidando se vamos conseguir manter essa estrutura tão frágil. Mas nós que já atuamos em outros movimentos sociais sabemos que é assim mesmo que os movimentos se estruturam.

Acreditamos que esse Boletim, nesse momento, tem um papel importante. Ele é uma forma possível (com o apoio da Escola Nacional de Saúde Pública) de mantermos nossa Articulação. Ele possibilita consolidarmos um certo circuito de idéias, de energia, de solidariedade. Nossa idéia é que possamos torná-lo um rico instrumento de comunicação: reflexões, intercâmbio de experiências, divulgação de textos... Vamos investir?

Enquanto isso, vamos aguardando o surgimento de uma conjuntura mais favorável para implementarmos o grande passo: o II Encontro Nacional. Será também o tempo, assim esperamos, para os estados avançarem na organização regional.

MAPEANDO A PRODUÇÃO DA ÁREA



Resumos de trabalhos acadêmicos: Da Hipertensão à Vida: por uma práxis comunicativa na Educação e Saúde. (Dissertação de Mestrado apresentada ao

Instituto de Medicina Social/Uerj, em dezembro de 1992.)

Autor: Mônica de Assis

Endereço: Rua Jacinto 68/304

Meier/RJ — 20725-010

Este estudo é uma busca de reflexão sobre a prática educativa em saúde, a partir do tema específico do controle da hipertensão arterial e de uma avaliação da experiência do grupo de hipertensos, desenvolvida nos serviços de assistência primária à saúde.

O objetivo foi perceber, através de um pesquisa qualitativa com profissionais que realizam esta atividade, em que medida a abordagem educativa utilizava, superava os limites de um "modelo tradicional", normatizador e higienista, da Educação e Saúde. Partiu-se do pressuposto de que a proposta de controle da hipertensão arterial, na prática essencialmente normativa e medicalizante, abre espaços a uma abordagem ampla da saúde, que revaloriza dimensões secundarizadas nos marcos do modelo biomédico hegemônico.

Conclui-se que a experiência do grupo de hipertensos, ainda que em apenas pequena medida se referencie numa perspectiva de formação da "consciência crítica" sobre saúde, representa avanços em relação ao que predominantemente

caracteriza a prática educativa de controle da hipertensão arterial no contexto da assistência.

Destaca-se por fim, à luz do conceito do agir comunicativo, desenvolvido por Habermas, a necessidade de se ampliar a esfera da comunicação nesse campo e, especialmente, de se redimensionar o sentido pedagógico/político das práticas educativas em bases que privilegiem as relações intersubjetivas e formas de comunicação que não submetam, mas procurem permanentemente atualizar a liberdade como valor.

Saúde e Democracia: Experiência de Gestão Popular — um estudo de caso. (Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, na área de concentração em Saúde Coletiva em novembro de 1989.)

O trabalho analisa a articulação que a experiência de implantação de serviços de saúde, junto à Prefeitura Municipal de Campinas, entre 1977 e 1981 estabeleceu com o Movimento Urbano em evidência. Baseado em registros, documentação, entrevistas e a própria vivência da autora que participou do processo, foi realizado o estudo de caso que permitiu a recuperação historiográfica desse momento relevante.

Pretende, por esta via, contribuir para o debate de questões que, ainda e sobretudo hoje, angustiam os profissionais comprometidos com um projeto de saúde

que visam à melhoria das condições, necessidades e intervenções das categorias sociais em busca de cidadania e da constituição de sujeitos sociais em defesa da vida.

Em função da riqueza dos aspectos inovadores da experiência, a sua discussão buscou apontar a importância e a responsabilidade dos profissionais de saúde — técnicos sempre considerados neutros — na qualidade participativa dos usuários junto às instâncias participativas e gestoras da Política de Saúde, questão sempre presente nos discursos para a consolidação de uma Reforma Sanitária no país.

Através deste estudo de caso foi possível evidenciar algumas peculiaridades referentes ao processo específico de de-

seenvolvimento do Movimento Urbano, bem como, em sua ligação com a Saúde, identificar e sugerir algumas práticas de educação em saúde. Por outro lado, por tratar-se de um objeto que condensa, de forma privilegiada, as relações entre o Estado e a Sociedade, através de uma Política Social/Saúde, foi possível apontar alguns mecanismos internos que revelam os interesses desse Estado na manutenção dos mesmos grupos de poder. Da mesma forma, o trabalho procurou mostrar que as necessidades impostas pela nova organização da produção, exigentes de soluções coletivas para problemas urbanos (das quais os técnicos não estão alheios), abrem inevitavelmente novas possibilidades.

POR QUE EDUCAÇÃO POPULAR?

Elizabeth de Leone M. Smeke
Campinas/São Paulo

Por que EDUCAÇÃO POPULAR?

Por que não só EDUCAÇÃO? Poderia ser. Mas quando se fala em EDUCAÇÃO sem predicado, cada um entenderá a seu modo. E quando for o caso a incluirá em determinadas teorias pedagógicas que excluirá outras. Ou não incluirá nenhuma. Deixará "rolar" o que vier, como vier. Quando fica assim, muitas vezes acontece, sem que percebamos, aquilo que parece tão natural, que nem nos damos conta. E acontece assim porque as formas de pensar e de agir que acompanham muitos de nós desde o berço ou que foram reforçadas pela escola, pela mídia, pelas relações institucionais tradicionais parecem montar dentro de nós curto-circuitos quase automáticos de pensamentos e de ação. Como anular e questionar num ato reflexo, toda a formação preconceituosa, colonizada, classe-mediocre, identificada com valores próprios da dominação do homem pelo homem. Esta, que mesmo descendo de migrantes de "além-mar", vê os já não tão novos migrantes internos como "o outro", "o carente", "o menos", "o inferior", o que deve receber quando muito, apenas favores. Esta, que sem perceber também se deixa "enrolar" em seus direitos, submete-se, repete cartilhas, ou nem as considera e tantas outras manifestações de anomia.

Por isso EDUCAÇÃO POPULAR é proposital e defendida para acentuar a

qualificação dada por Paulo Freire e reconhecida internacionalmente, a uma forma explicitamente educativa de relação fundada no princípio da equidade e da busca incessante de territórios de interlocução.

A sua maior riqueza está no desenvolvimento de uma metodologia que vai ao encontro da etnociência para tornar real e concreto o pressuposto da igualdade formulado como desejo e fantasia. O posicionamento fica aberto, assim, para o diferente e para a busca da simetria das relações. Desta forma torna explícito, ao contrário de muitas interpretações, que não está dirigida *a priori* para determinadas camadas sociais. Isto é consequência inevitavelmente ética diante da iniquidade, da exclusão, depreciação e subordinação.

O que há no outro, a ser valorizado, reconhecido e apreendido? O que há em nós para não ser mandado, nem depreciado, mas considerado e dignificado? Se houver palpites e posições, vamos conversar. Não dá mais para aceitar teorias irrefutáveis, nem destinos pré-escritos. Se assim fosse, seríamos sujeitos de quê?

Assim, Educação Popular ajuda a declarar princípios construtores de uma visão de mundo que exprime uma esperança num devir, não como utopia estéril nem como progresso, mas como possibilidade, considerando que "A possibilidade não é uma realidade, mas é também ela uma realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente faz.

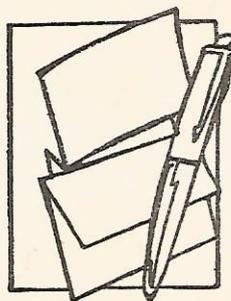
Possibilidade quer dizer 'liberdade' (...). Mas a existência das condições objetivas — ou possibilidade, ou liberdade — ainda não é suficiente: é necessário conhecê-las e saber utilizá-las. Queremos utilizá-las. O homem nesse sentido é vontade concreta: isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital, meios concretos que realizam essa vontade".¹

Quer colocar em discussão, portanto, uma visão de que a História se constrói através de sujeitos, de agentes, aos quais é dado re-fletir e re-formular, tornando essencial o desejo como algo a conquistar, traduzindo na integralidade, liberdade e superioridade de um Homem Novo, de um HOMEM-SUJEITO onde a dominação, enquanto elemento nuclear das relações sociais, possa ser questionada para ser rompida.

Se olharmos com criticidade dentro destes princípios, acredito que possamos trabalhar com quaisquer técnicas, tendências, perspectivas e teorias. E estas poderão ser novas, velhas, contemporâneas ou futuristas; nossas, alheias ou conjuntivas; próprias, impróprias e apropriáveis; superiores, inferiores ou especulares e o que mais nos cair nas mãos. Vai nos interessar, mais que tudo, o processo, o caminhar, o olhar com os olhos do outro, a co-optação.

1 — GRAMSCI, A.: A concepção dialética da história. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, pp 47-48.

CARTAS DOS LEITORES



Prezados Senhores, De nossa parte, aqui em Planaltina/DF, continuamos nosso trabalho educativo junto à comunidade visando à saúde integral. Como já exposto em monografia, anteriormente enviada, temos como enfoque educativo a questão do corpo, através de experimentações práticas e reflexões que evidenciam a relação que este tem com o meio ambiente (biológico social etc.).

Sim, gostaríamos de continuar recebendo os boletins, bem como de solicitar uma cópia da lista de endereços dos participantes da articulação nacional de Educação Popular em Saúde.

Com relação ao II Encontro Nacional, nos colocamos à disposição para a sua organização e sugerimos, inclusive, que ele seja realizado aqui em Brasília, um local central para todos.

Sem mais para o momento, cordiais saudações!

Marcos Freire
SNQ 316 — G — 502
Brasília — DF 70775-070

Amigos,

Após receber o BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, me senti bastante motivado a participar de algum modo dessa proposta. Li que no Rio Grande do Sul já há cerca de 34 pessoas, envolvidas na articulação do movimento e que um companheiro (Izak Bermann) "desanimou" na sua tentativa de contato com pessoas interessadas.

Sendo assim, gostaria que — se possível — me enviassem endereços, propostas de atuação etc. Enfim, o que for possível para participar.

Atualmente trabalho vinculado à Prefeitura de Venâncio Aires, no RS, como médico-coordenador da U. S. de Vila Deodoro. Tenho residência médica em Medicina Preventiva e Social e Medicina do Trabalho pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a UFRGS, respectivamente.

Pra mim, essencialmente, toda forma de participação popular é fundamental na garantia do direito das pessoas a uma assistência à saúde mais digna e, poder participar dessa proposta, trocando expe-

riências e podendo contribuir, e um verdadeiro alento às dificuldades que a gente encontra no dia-a-dia.

Um abraço a todos e obrigados de antemão!

José Luiz Kohler
Av. Ruperti Filho 855/204
Centro — V. Aires/RS 95800-000

Recebemos o Boletim da Comissão Nacional de Educação Popular em Saúde e muito nos alegra saber que esta preocupação não está mais isolada por Estados. Fazemos parte de um Projeto Alternativo — Cefas — que atua em duas linhas: agricultura e saúde.

No campo da Saúde Preventiva, ensinamos a utilização dos alimentos alternativos e na Saúde Curativa resgatamos os conhecimentos populares, que são riquíssimos, documentando as curas pelas plantas, principalmente das não estudadas cientificamente.

Gostaríamos de receber a lista de endereços dos participantes dos estados do Piauí e Maranhão para uma articulação. Sem mais para o momento, despedimo-nos desejando muita harmonia no trabalho.

Atenciosamente
Maricildes M. S. Rocha
CEFAS — Cx. Postal 77
64800-000 Floriano/Piauí

Há vários anos tenho dedicado-me a assessorar as comunidades indígenas no Rio Grande do Sul, e em especial os Mbyá-Guarani, nas questões relacionadas à saúde. Atuando no PMG (entidade indigenista não governamental), por muitas vezes senti a necessidade de engajar-me nas discussões relacionadas à Educação Popular em Saúde, uma vez que desenvolvo atividades de Educação em Saúde junto às sociedades indígenas.

Ao participar da assembléia da Articulação nacional de Educação Popular em Saúde, realizada no III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em Porto Alegre, senti que esta era a oportunidade de engajar-me neste movimento. Todavia, devido a sobrecarga de atividades deste ano, não foi possível dar continuidade a este processo, após o Congresso. Porém, desejo continuar sendo informado desta articulação, com vistas ao próximo ano, envolver-me nestas atividades.

No restante, quero parabenizar os companheiros que vêm se empenhando na implementação desta articulação.

Atenciosamente,
Sérgio Martins de Fraga
R. Profª Annes Dias 112/132
Centro/Porto Alegre 90020-090

Saudações

Através deste primeiro contato, gostaria de cumprimentá-los pela brava iniciativa

deste grupo pelo seu esforço de erguer esta bandeira.

Mas como não acredito que as coisas que admiramos sejam feitas apenas para serem admiradas, me convindo para participar deste trabalho.

Aqui em Porto Alegre existe, desde outubro de 92, a idéia de constituirmos um grupo de estudos de Educação em Saúde, a partir de um curso que foi realizado na Escola de Saúde Pública do Estado, com a participação de funcionários da própria Escola, Fundação Nacional de Saúde e Secretaria da Saúde do Estado.

Esta iniciativa foi levada pelo grupo que realizou o curso devido a nossa grande motivação, a qual foi responsável pela continuidade dos nossos encontros após o término do curso.

Por intermédio de uma carta que escrevi para Eymard Vasconcelos, pelos excelentes trabalhos escritos, tomei conhecimento desta Comissão.

Desta forma, gostaríamos de nos comunicar com o contato da Coneps aqui em Porto Alegre para maiores esclarecimentos sobre o funcionamento da Comissão e contribuições mútuas que possam ser feitas.

Um grande abraço pela fé e coragem.

Sheila E. Lima
Rua Carneiro da Fontoura 85
Passo D'Areia — Porto Alegre/RS

PS. M. Dalva Mello
Lab. Parasitologia/FTL-FB
Universidade de Brasília
70910-900 — Brasília/DF

Publicaremos seu artigo, "O Direito de Nascer Direito" e sua carta, no próximo boletim. Aguarde.

BOLETIM DA
COMISSÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

EXPEDIENTE:

Edição e Textos:

Eymard M. Vasconcelos, Mônica de Assis, Denise Pires, Maria Alice Pessanha de Carvalho e Dimas M. Ribeiro.

Colaboradores:

Maria Elisabeth K. da Silva, Elizabeth de L. Sneke e M. Dalva Mello.

Ilustração do Editorial:

Samantha Fayão

Produção Gráfica:

SDE/ENSP